

Crise Estrutural do Capital e Suas Repercussões no Brasil: Um Estudo sobre a Disputa pelo Fundo Público de Educação em Tempos Neoliberais (2010-2024)

Francisco dos Santos Neto

Universidade Federal do Pará - francisco.neto2013@hotmail.com

Reinaldo Nobre Pontes

Universidade Federal do Pará - rpontes@ufpa.br

Sónia Mafalda Pereira Ribeiro

Instituto Superior Miguel Torga; CLISSIS, Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social
e Intervenção Social - soniaribeiro@ismt.pt

Resumo

O artigo parte de inquietações decorrentes da análise do cenário económico, político e social da realidade brasileira, o qual tem impacto direto sobre o orçamento das políticas sociais. Assim, o problema de investigação configura-se em analisar os impactos da crise estrutural do capitalismo contemporâneo na disputa em torno do Fundo Público da educação no Brasil, particularmente entre os anos de 2010 e 2024. Deste modo, estabelece como objetivo geral: analisar o financiamento da Política de Educação no contexto da crise estrutural do capital, no período de 2010 a 2024, evidenciando tendências e desafios. A investigação assenta-se na teoria marxiana, considerando que esta favorece uma análise crítica da reali-

dade social, com base nos aportes teórico-metodológicos de categorias como: totalidade, historicidade, contradição e mediação. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa documental, foi baseada em dados oficiais do Estado brasileiro, especificamente sobre o financiamento das políticas públicas disponibilizados pelo Senado Federal. Por fim, conclui-se que a crise estrutural do capital aprofunda a disputa em torno do Fundo Público no Brasil, sobretudo após o golpe de 2016 e a posterior ascensão do Bolsonarismo em 2018, os quais promoveram um verdadeiro sucateamento do orçamento das políticas sociais no país.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital, Fundo Público, Educação.

Structural Crisis of Capital and Its Repercussions in Brazil: A Study on the Dispute over the Public Education Fund in Neoliberal Times (2010-2024)

Abstract

The article stems from concerns arising from the analysis of the economic, political, and social context of Brazilian reality, which has a direct impact on the budget of social policies. Thus, the research problem is defined as the analysis of the impacts of the structural crisis of contemporary capitalism on the dispute over the Public Fund for education in Brazil, particularly between the years 2010 and 2024. Accordingly, the general objective is to analyze the financing of the Education Policy within the context of the structural crisis of capital during the period from 2010 to 2024, highlighting trends and challenges. The research is grounded in Marxian theory, as it enables a critical analysis of social reality, based on

the theoretical and methodological contributions of categories such as totality, historicity, contradiction, and mediation. The methodological procedures used were bibliographical and documentary research. The documentary research was based on official data from the Brazilian State, specifically on the financing of public policies made available by the Federal Senate. Finally, it is concluded that the structural crisis of capital has deepened the dispute over the Public Fund in Brazil, especially after the 2016 coup and the subsequent rise of Bolsonarism in 2018, which resulted in a significant dismantling of the social policy budget in the country.

Keywords: Structural crisis of capital, Public Fund, Education.

1. INTRODUÇÃO

Vivencia-se, no Brasil, um processo de avanço do neoliberalismo, particularmente após o Golpe de 2016 – que destituiu do poder a então Presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), abrindo precedentes para o fortalecimento da extrema-direita no país. Compreende-se que esse processo resulta das refrações da crise do capitalismo contemporâneo, tendo em vista o aprofundamento das contradições entre capital e trabalho e, consequentemente, a degradação das condições de vida dos trabalhadores, através da destituição de direitos.

Nas palavras de Marx, esse movimento da sociedade capitalista “revela-se ao burguês prático, de modo mais contundente, nas vicissitudes do ciclo periódico que a

indústria moderna perfaz e em seu ponto culminante: a crise geral” (Marx, 2017, p. 79), na medida em que as estratégias de contenção da crise fortalecem as bases para a recuperaçāszao das taxas de lucro no processo de realização do capital.

Neste sentido, o problema de investigação consiste em analisar os impactos da crise estrutural do capitalismo contemporâneo na disputa em torno do Fundo PÚblico da educação no Brasil, particularmente entre os anos de 2010 e 2024. Assim, o objetivo geral é analisar o financiamento da Política de Educação no contexto da crise estrutural do capital, no período de 2010 a 2024, procurando evidenciar tendências e desafios face ao avanço do reacionarismo, do qual Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), ex-presidentes da República Federativa, constituem as expressões mais recentes no Brasil.

O processo investigativo assenta na teoria e no método de Marx, considerando que estes favorecem uma análise crítica da realidade social, com base no aporte teórico-metodológico de categorias como: totalidade, historicidade, contradição e mediação. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a documental.

No que respeita à pesquisa documental, esta foi baseada em dados oficiais do Estado brasileiro, especificamente sobre o financiamento de políticas públicas disponíveis em documentos eletrônicos no portal do SIGA Brasil, sistema criado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controlo (COFC) e pelo PRODASEN, que possibilita um acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Observa-se, ainda, que se optou pela análise por períodos, com o intuito de apresentar uma comparação entre os diferentes programas de governo, a saber: i) de 2010 a 2015, que abrange o último ano do Governo Lula e os dois mandatos do Governo Dilma; ii) 2016 e 2017, com o objetivo de evidenciar os dois anos de mandato de Temer; iii) 2018 a 2022, correspondente ao governo de Bolsonaro; iv) 2023 a 2024, que corresponde a parte do mandato do atual presidente Lula da Silva.

Por fim, o texto divide-se em três itens, além desta introdução e das considerações finais, a saber: i) Crise do capitalismo contemporâneo e reestruturação produtiva, com o intuito de apresentar as diferentes estratégias adotadas pelo capital face à crise, particularmente as transformações no mundo do trabalho e a degradação das condições de vida dos trabalhadores; ii) Crise do capitalismo, neoliberalismo e avanço da direita no Brasil, em que se discute a adesão ao neoliberalismo no país desde a década de 1990, bem como o *modus operandi* através do qual a extrema-direita ascende

ao poder em 2016, via golpe de Estado; iii) A disputa pelo fundo público no Brasil de 2016 a 2022: tendências, desafios e possibilidades, objetivando demonstrar dados oficiais sobre o financiamento da política de educação, de modo a tornar público o processo desenfreado de desfinanciamento vivenciado nos últimos anos.

2. CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

É fundamental, como pressuposto da análise das condições de crise do capitalismo, examinar o trabalho enquanto modo de produção da vida, uma vez que este, em termos ontológicos marxianos, se configura como condição essencial e permanente do ser social, constituindo-se como responsável pela construção da sua existência e da própria sociedade.

O trabalho é, assim, elemento fundante da transformação e da autorrealização do género humano, na medida em que possibilita ao homem exprimir-se e manifestar as suas capacidades criativas e produtivas. Deste modo, o trabalho não apenas transforma o mundo externo, mas também o próprio humano, que se reconhece e se desenvolve através do trabalho enquanto atividade genérico-humana (Marx, 2020).

Todavia, ainda nos termos de Marx (2020), com o advento do capitalismo como modo de produção, o trabalho assume a forma de assalariamento e converte-se em fonte de alienação. O trabalhador é, então, despojado dos meios de produção (instrumentos e recursos), tornando-se mercadoria para o capital, ao perder a relação substantiva com o produto do seu trabalho e com o próprio ato de trabalhar. O trabalho, que deveria constituir-se como fonte de autorrealização, converte-se em mecanismo de desumanização, na medida em que o homem assume o estatuto de mercadoria.

Ademais, considerando a crise do capitalismo como elemento estrutural, observa-se que o trabalho, e em particular os trabalhadores, se encontram cada vez mais precarizados no Brasil. De acordo com o IBGE (2025), existem atualmente no país 6,3 milhões de pessoas em situação de desemprego, a que se somam 2,8 milhões de pessoas consideradas desalentadas¹. Importa sublinhar, ainda, que o mesmo instituto

¹ Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o desempregado é aquele que está fora do mercado formal de trabalho, mas segue buscando oportunidades de inserção laboral, enquanto o desalentado é aquela pessoa que desistiu de inserir-se no mundo do trabalho por não haver quaisquer condições de efetivação dessa inserção.

informa a existência de 65 milhões e 510 mil pessoas “fora da força de trabalho”, entre as quais podem se incluir beneficiários de programas de transferência de rendimento, estudantes e donas de casa. Tal realidade pode agravar os indicadores anteriormente referidos acerca do desemprego, uma vez que a não classificação destas pessoas como desempregadas não significa que não estejam em busca ou necessitem de um trabalho formal.

Outra questão controversa reside no facto de o IBGE considerar como ocupadas pessoas que exercem atividades no setor informal, como é o caso dos trabalhadores por aplicativos como motoristas ou entregadores de alimentos, ou dos vendedores ambulantes no comércio. Nestas circunstâncias, são contabilizados como “ocupados”, contribuindo para uma certa mistificação dos dados reais sobre o desemprego no Brasil. Esta classificação tende a ocultar a crescente massa de trabalhadores submetidos à chamada “uberização”, privados de direitos laborais e de garantias mínimas de condições dignas de trabalho.

Este processo constitui reflexo de um conjunto de estratégias delineadas pelo capital com vista ao seu fortalecimento e à recuperação das taxas de lucro em períodos de retração, sendo a degradação das condições de vida e de trabalho das pessoas que dependem da venda da sua força de trabalho uma das suas determinações centrais.

Para compreender este cenário contemporâneo, torna-se necessário retomar a história, com o intuito de compreender as raízes da denominada crise do capitalismo contemporâneo. Para tal, recorre-se ao período compreendido entre 1945 e 1973, caracterizado por uma longa fase de expansão do capital, que ocorreu sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, com a ascensão do denominado Estado-Providência (*Welfare State*), baseado no padrão fordista-keynesiano: produção em massa destinada ao consumo de massas, em que a economia assentava no pleno emprego e na proteção social universal como estratégias de manutenção do status quo, através da incorporação de parte das reivindicações dos trabalhadores (Behring, 2009).

Este contexto decorre da necessidade do capital se consolidar face ao processo de reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial, concretizado no denominado pacto keynesiano, bem como da “ameaça do comunismo” presente no contexto da Guerra Fria e da experiência preliminar soviética (Netto, 2012).

O referido padrão fordista-keynesiano esgota-se devido a múltiplos fatores, entre os quais se destacam: os chamados choques petrolíferos da década de 1970 e a consequente estagflação; a desindustrialização, resultante da transição de vários países “desenvolvidos” para uma economia de serviços, com o encerramento de numerosas

fábricas devido à crise; bem como o crescimento de economias emergentes, como o Japão e, posteriormente, os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura), aumentando a concorrência nos mercados globais, pressionando as indústrias ocidentais e provocando profundas transformações no universo da produção (Pfluck, 2016). Tais mediações contribuem para a configuração da denominada crise estrutural do capitalismo contemporâneo.

Nos termos de Meszáros (2002, p. 796), “a crise do capital que experienciamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural”, pois esta fase do capital manifesta-se, segundo o autor, através de quatro aspectos fundamentais, a saber: i) é uma crise de carácter universal; ii) o seu alcance é global; iii) apresenta uma escala temporal permanente; iv) constitui-se, por fim, numa crise de carácter rastejante.

Relativamente ao carácter universal da crise, Meszáros (2002) alerta que a crise do capitalismo contemporâneo não se restringe a um setor específico da economia, mas abrange todo o sistema socio-metabólico do capital, incluindo as esferas produtiva, financeira e comercial. Para além dos vastos setores da economia, a crise é universal, manifestando-se em todos os âmbitos da vida social, da economia, da política, da cultura e mesmo na esfera da natureza. Destaca o autor que a universalidade da crise decorre das contradições estruturais do capitalismo, que atingem a totalidade da organização social em escala mundializada.

No que se refere ao alcance global da crise, Meszáros define que este processo não se limita a um local ou a um conjunto particular de países, mas sim à totalidade global dos Estados-nação, nas suas palavras, “no sentido mais literal e ameaçador do termo” (Meszáros, 2002). O autor sublinha que, devido à natureza expansiva do sistema capitalista, em permanente processo de mundialização, as suas contradições fundamentais manifestam-se em escala igualmente mundializada. Este carácter expansivo do capital impõe uma interdependência entre os países capitalistas, de modo que uma crise que se origine numa determinada parte do sistema inevitavelmente se repercute noutras regiões, devido à interdependência das economias.

No que se refere à escala temporal permanente da crise, Meszáros (2002) alerta que “em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital”, a atual crise do capital é extensa e contínua, dado que o sistema não alterna entre fases de expansão e recessão, gerando ciclos de destruição e renovação do capital.

Assim, a crise estrutural, conforme analisada pelo autor em “Para além do Capital”, não se resolve através de mecanismos de ajustamento cíclico; pelo contrário, as condições de crise são inerentes ao modo de produção capitalista, que atinge uma

fase de expansão em que já não consegue crescer sem gerar crise e todas as contradições que lhe são inerentes. Ou seja, a crise constitui-se como parte integrante do sistema socio-metabólico do capital na contemporaneidade.

Por fim, quanto ao carácter rastejante da crise, Meszáros (2002) salienta que é sabido que a crise do capital na contemporaneidade não se manifesta de forma abrupta, como ocorreria em situações conjunturais pontuais. Trata-se de uma crise prolongada e profunda, que permeia todos os aspectos da organização da vida social. É rastejante porque é permanente, não encontrando resolução dentro da lógica capitalista; ainda que possam surgir aparentes superações, por exemplo, novos ciclos de crescimento da economia, após cada ciclo de expansão verifica-se sempre, e com maior intensidade, o aprofundamento das contradições inerentes ao modo de produção, em virtude das estratégias adotadas pelo capital para recuperar, ainda que momentaneamente, as taxas de lucro.

Harvey (2011) alerta que se verificaram algumas crises financeiras à escala mundial entre 1945 e 1973, embora em termos quantitativos nada se compare ao que ocorreu no período pós-1970. O autor sublinha ainda que muitas dessas crises tinham origem em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano, ou seja, manifestavam-se através de características mais isoladas, fatídicas ou, se quisermos, episódicas. Diferentemente do contexto que antecedeu a década de 1970, Harvey afirma que as crises do capitalismo na contemporaneidade assumem novos contornos, corroborando as reflexões de Meszáros: o período subsequente caracteriza-se por crises prolongadas e duradouras. Estes aspectos são apresentados pelo autor na obra *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*, a saber:

A primeira crise em escala global do capitalismo no mundo pós-Segunda Guerra começou na primavera de 1973, seis meses antes de o embargo árabe sobre o petróleo elevar os preços do barril. Originou-se em um crash do mercado imobiliário global, que derrubou vários bancos e afetou drasticamente não só as finanças dos governos municipais (como o de Nova York, que foi à falência técnica em 1975, antes de ser finalmente socorrido), mas também as finanças do Estado de modo mais geral. O boom japonês da década de 1980 terminou em um colapso do mercado de ações e preços da terra em queda (ainda em curso). O sistema bancário sueco teve de ser nacionalizado em 1992, em meio a uma crise nórdica que também afetou a Noruega e a Finlândia, causada por excessos nos mercados imobiliários. Um dos gatilhos para o colapso no Leste

e Sudeste Asiático de 1997 a 1998 foi o desenvolvimento urbano excessivo, alimentado por um influxo de capital especulativo estrangeiro, na Tailândia, em Hong Kong, na Indonésia, na Coreia do Sul e nas Filipinas. E as crises prolongadas nas poupanças e no crédito ligados ao setor imobiliário comercial nos Estados Unidos de 1984 a 1992 levaram mais de 1.400 companhias de poupança e empréstimo e 1.860 bancos a fechar as portas, com um custo de cerca de 200 bilhões de dólares para os contribuintes do país (uma situação que preocupou tanto William Isaacs, então presidente da Federal Deposit Insurance Corporation, que, em 1987, ele ameaçou a Associação dos Banqueiros Estadunidenses com a nacionalização dos bancos, a menos que eles retomassem o rumo correto). (Harvey, 2011, p. 14)

Neste entendimento, o mercado promove um conjunto de transformações, incorporando novas estratégias na produção de mercadorias, superando o padrão fordista de produção em massa e, tanto quanto possível, suplantando o denominado pacto keynesiano. Surge então a chamada Era da Acumulação Flexível, na qual não só o trabalho se torna volátil, como tudo o que dele deriva, dado que, sendo o trabalho humano a mediação primeira através da qual se produzem e reproduzem as condições de existência humana, tudo, nesta fase do capitalismo contemporâneo, assume igualmente caráter flexível. Antunes (2009) alerta para algumas das características da denominada Acumulação Flexível, a saber:

Tabela 1*Traços mais Evidentes do Quadro Crítico da Crise do Capital após a Década de 1970*

Item	Características
Queda da taxa de lucro	Causada pelo aumento do custo da força de trabalho, conquistado no período pós-1945, e pela intensificação das lutas sociais nos anos 1960, o que reduziu a produtividade do capital e acentuou a queda da taxa de lucro.
Esgotamento do Padrão Taylorista/Fordista	Incapacidade de responder à retração do consumo, associada ao desemprego estrutural emergente, refletindo a crise estrutural do capital.
Hipertrofia da Esfera Financeira	Expansão do capital financeiro, adquirindo relativa autonomia em relação ao capital produtivo, com prioridade para a especulação na nova fase de internacionalização.
Concentração de Capitais	Fusão de empresas monopolistas e oligopolistas, resultando no aumento da concentração de capitais.
Crise do Welfare State	Dificuldades nos mecanismos de funcionamento do Estado-Providência, culminando em crise fiscal e na transferência de encargos para o setor privado.
Incremento das Privatizações	Ampliação de privatizações, desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, refletindo o novo quadro crítico.

Nota. Adaptado de *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, por Antunes (2009).

Deste modo, para aumentar as taxas tendenciais de lucro, o mercado, através do receituário neoliberal, reduz o valor da principal mercadoria do processo de trabalho, ou seja, o trabalho vivo, configurando-se um cenário de precarização da vida, uma vez que o trabalho constitui condição essencial e permanente do ser humano para a satisfação das suas necessidades.

Na sociedade burguesa, é por intermédio da aquisição de mercadorias, medida pelo dinheiro obtido através do trabalho assalariado, que o homem satisfaz as suas necessidades “do estômago e da fantasia”, para utilizar uma expressão do próprio Marx. Assim, na contemporaneidade, verifica-se um quadro de precarização generalizada do trabalho e, consequentemente, da vida social.

3. CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E AVANÇO DA DIREITA NO BRASIL

No contexto latino-americano, segundo Castilho, Lemos e Gomes (2017, p. 449), “a década de 1980 [...] foi marcada por perdas económicas decorrentes de quedas no PIB, aceleração da inflação, estagnação da produção industrial, perda do poder de compra dos salários e do nível de emprego”. No Brasil, verificou-se, nesse período, um processo de desvalorização do capital e de adensamento da crise estrutural, impondo inúmeros desafios aos trabalhadores, que, num contexto de avanço da legislação do sistema de proteção social, experienciaram a abertura da economia ao neoliberalismo, a saber:

Se nessas décadas, no plano econômico, o país encontrava-se mergulhado num contexto de estagnação, no plano sociopolítico a sociedade brasileira vivia o período de redemocratização, conduzindo a promulgação de uma nova Constituição, em 1988. Essa nova Carta Magna contou com a participação dos(as) trabalhadores(as), seja por meio dos partidos do centro-esquerda, seja por meio da pressão dos sindicatos e dos movimentos sociais, o que contribuiu para o aprimoramento da legislação referente aos direitos sociais e trabalhistas. Contudo, os anos 1990 foram marcados por tendências paradoxais: pela primeira vez o país promulga a Carta Constitucional, em 1988, com princípios universalistas, estabelecendo uma ruptura com a concepção minimalista de cidadania imposta até então pelos governos populistas e antidemocráticos. (Castilho et al, 2017, p. 449)

Neste contexto, são impostas pelos organismos multilaterais, entre os quais se destacam o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, políticas económicas de estabilização da crise, que visam limitar a intervenção do Estado em ações de valorização do capital e de contenção da crise, provocando o acirramento das expressões da Questão Social², entre as quais se incluem a mercantilização das políticas públicas.

2 A Questão Social é entendida como o conjunto das expressões das desigualdades produzidas pela sociedade capitalista, resultantes da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Ela nasce da contradição fundamental entre capital e trabalho e suas expressões manifestam-se em múltiplas formas, tais como desemprego, pobreza, violência, precarização, desigualdade de renda, falta de acesso a direitos sociais. (Iamamoto, 2021)

O Estado aprofunda o seu papel de gestor da crise do capital, privatizando serviços públicos de modo a gerar lucros para o mercado e a agravar o nível de pauperização da população. Considera-se, assim, que este processo tende a relegar o “precário cidadão brasileiro” à condição de consumidor de serviços, em vez de titular de direitos (Castilho et al, 2017).

Neste período, surgem novas possibilidades para a mediação dos direitos sociais, através de uma estratégia de complementaridade entre Estado e Capital. Ou seja, os serviços públicos passam a ser disponibilizados por intermédio de gestão privada, configurando uma nova forma de dominação do capital com hegemonia económica e política. Neste contexto, retoma-se o discurso do desenvolvimento, orientando as políticas sociais de forma focalizada e minimalista, sobretudo direcionadas aos mais pobres, mas mantendo os princípios da ideologia neoliberal.

O projeto neoliberal consolida-se e ganha capilaridade por meio das reformas do Estado, adquirindo novos contornos no contexto latino-americano. O discurso de desenvolvimento social é enfatizado, sem nunca perder de vista os interesses da economia, que, nesta perspectiva, devem ser permanentemente privilegiados. No Brasil, este processo inicia-se durante o Governo Collor de Mello e aprofunda-se com Fernando Henrique Cardoso (FHC), sob a orientação do então Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), presidido por Luiz Carlos Bresser-Pereira, que, no estudo *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, procura demonstrar que:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. [...] quando houver modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão na estrutura política e social, e vice-versa. O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população. (Bresser-Pereira, 1968, pp. 15-16)

Evidencia-se, portanto, uma estratégia de posicionar o Estado como intermediário dos interesses do mercado, apoiando o “desenvolvimento social” enquanto condição para o desenvolvimento do próprio mercado. Para tal, segundo o referido ex-ministro, seria necessária a criação de um Estado social-liberal constituído neste binómio, na medida em que o Estado deveria continuar a:

A proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará os seus serviços sociais e científicos principalmente por meio de organizações públicas não estatais competitivas, porque tornará os mercados de trabalho mais flexíveis, porque promoverá a capacitação de recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional. (Bresser-Pereira, 1968, p. 18).

Neste contexto, o Estado deixa de cumprir a sua função primordial de garantia da igualdade e da justiça social, consagrada na Constituição de 1988. Apesar de a Constituição Federal não abandonar os interesses do capital, passou a dar maior espaço ao campo dos direitos sociais, promovendo, simultaneamente, o projeto do mercado, através da desresponsabilização do Estado pela oferta de serviços à população e da desregulamentação de direitos sociais, especialmente no âmbito do trabalho.

Verifica-se, assim, um contexto de precarização e flexibilização, destinado a favorecer a superexploração da força de trabalho brasileira, criando incentivos para o desenvolvimento de uma produção capitalista de baixo custo no país, bem como para a diminuição do controlo social e do poder político da população face às deliberações governamentais. Importa destacar que este processo, iniciado na década de 1990, foi perpetuado no início dos anos 2000 pelo Governo de Lula da Silva, através do discurso neodesenvolvimentista. No que respeita ao neodesenvolvimentismo:

O discurso desenvolvimentista pauta-se na racionalização do planejamento objetivando legitimar a lógica da exploração do capital, balizado em uma relação de complementariedade entre o Estado e o Capital. De acordo com Araújo (2015) a partir da ascensão do Governo de Lula da Silva (2003-2010) à presidência da República a pauta do desenvolvimento, neste caso neodesenvolvimentista, é repositionada pela via do discurso de superação da pobreza (Santos Neto, 2021, p. 143).

Observou-se que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) continuaram a aplicar as medidas de ajustamento fiscal necessárias à agenda do mercado, em consonância com o receituário “social-liberal”. Neste sentido, durante os dois mandatos de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), implementaram-se estratégias de valorização do capital, apoiando um conjunto de medidas destinadas a favorecer e proteger os investimentos das transnacionais, em detrimento dos investimentos em áreas sociais (Castilho et al, 2017).

Relativamente a este ponto, Iamamoto (2008) refere que os governos petistas optaram por não concretizar as reformas estruturais necessárias no Brasil, as quais passariam, sobretudo, pela redistribuição da riqueza socialmente produzida. Apesar de terem possibilitado o acesso de uma parcela significativa da classe trabalhadora em situação de extrema pobreza a programas sociais, fizeram-no sem responder às reais necessidades para o enfrentamento das expressões da questão social.

Contudo, o segundo mandato do Governo de Dilma Rousseff enfrentou uma crise de hegemonia, ou mais precisamente, uma crise do modelo de conciliação de classes até então adotado pelos governos do PT, resultado da radicalização das repercussões da crise do capital de 2008 no Brasil. Sobre a crise de 2008, Harvey (2011) alerta-nos:

No outono de 2008, no entanto, a “crise das hipotecas subprime”, como veio a ser chamada, levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento de Wall Street, com mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências. O dia em que o banco de investimentos Lehman Brothers desabou - em 15 de setembro de 2008 - foi um momento decisivo. Os mercados globais de crédito congelaram, assim como a maioria dos empréstimos no mundo. [...] O resto do mundo, até então relativamente imune (à exceção do Reino Unido, onde problemas análogos no mercado da habitação já tinham vindo à tona, o que levou o governo a nacionalizar uma casa de empréstimos importantes, a Northern Rock), foi arrastado precipitadamente para a lama, gerada em particular pelo colapso financeiro dos EUA. No epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca “tóxicos” detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessesem subir para sempre. (Harvey, 2011, p. 13)

De acordo com Vieira (2018, p. 2), “o governo do PT obteve êxito durante cerca de 10 anos pela forma como se apresentou. Ao intitular-se ‘governo para todos’ procurou efetivamente agradar à maioria da população – ou, mais corretamente no contexto do capitalismo: a capitalistas e trabalhadores”. Contudo, considerando que a conciliação de classes não passa de pura aparência fenomênica, face aos inconciliáveis interesses das classes fundamentais, verifica-se no Brasil o esgotamento deste padrão de desenvolvimento capitalista, na medida em que “o capital apresentou demandas que já não cabiam na proposta de conciliação do PT por serem radicalmente opostas aos interesses dos trabalhadores, o modelo da gestão petista encontrou os limites que levaram à sua crise” (Vieira, 2018, p. 4).

Sobre esse contexto, segundo Santos Neto (2021, p. 59):

O processo de impeachment que destituiu Dilma Rousseff (PT) da presidência da república em 2016 foi movido por interesses econômicos internacionais, com anuência da burguesia nacional, bem como, do judiciário, do legislativo e, sobretudo, dos meios de comunicação. Portanto, considera-se como golpe jurídico-parlamentar-midiático. Ademais, deve-se considerar as suas determinações históricas, quais sejam: desde a crise econômica mundial de 2008, com fortes rebatimentos sob o poder do capita fictício e financeiro, as contradições do governo de coalizão/conciliação de classes, prática dos governos petistas desde o primeiro mandato do governo Lula, com destaque para a insatisfação da direita política quanto a direção do País pelo partido dos trabalhadores, se intensificaram. Nessa esteira, ocorreu um processo de enfraquecimento da base política aliada e, consequentemente, o rompimento de alianças anteriormente estabelecidas, dentre as quais: com o partido do então vice-presidente Michel Temer (PMDB). Naquele ano, o desequilíbrio nas contas públicas, a crescente insatisfação de setores da sociedade civil e a consequente instabilidade política, levaram as autoridades a desaprovar as contas públicas acusando a então presidente da república de crime de responsabilidade fiscal, em função das pedaladas fiscais. (Santos Neto, 2021, p. 59)

Ressalta-se que a destituição do poder presidencial, através do impeachment, constitui o último recurso previsto pela Constituição contra um mandato democraticamente eleito. Contudo, as chamadas pedaladas fiscais não se encontram previstas na Constituição como crime de responsabilidade, ou seja, não ocorreu crime de

responsabilidade, configurando este processo como uma manobra política, realizada por meio de um amplo acordo nacional, com o objetivo de implementar um novo projeto de poder capaz de aprofundar o ajustamento fiscal e favorecer a valorização do capital no contexto da crise (Santos Neto, 2021).

Ao assumir o Executivo federal através de um golpe, Temer (MDB) iniciou um processo de disputa pelo fundo público, a saber:

Sua função primordial é promover um “choque” de medidas neoliberais radicais de natureza conservadora e reacionária, que inclui um pacote que compromete sobremaneira o sistema protetivo garantido na Constituição Federal de 1988, entre eles a limitação dos gastos públicos em vinte anos [...] vemos de forma trágica o desmonte do Estado brasileiro, por meio da imposição de uma agenda neoliberal de cunho radical, que pretende, em curto tempo, alterar substancialmente as conquistas sociais tidas como privilégios, presentes na Constituição Federal de 1988. Tais ataques demonstram em alguma medida a reorganização do capital financeiro e sua hegemonia, impondo à classe trabalhadora um cenário de extrema degradação humana, precarização e barbárie social, na medida em que restringe a competência do Estado em implementar políticas sociais que venham garantir a reprodução social da classe trabalhadora, assim como, em um único “tiro de misericórdia”, fragmenta e esfacela a espinha dorsal da sua organização e de seus instrumentos históricos de resistência, como partidos, sindicatos e movimentos sociais (Castilho et al, 2017, p. 458).

Para Santos Neto (2021), intensifica-se o processo de mercantilização da vida, em que todos os serviços públicos passam a constituir potenciais nichos de mercado, com especial destaque para a saúde, a previdência social e a educação, dada a sua profunda subfinanciamento, agravado com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016. Este cenário torna-se ainda mais evidente com a ascensão do bolsonarismo no Brasil, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro (PL) em 2018, uma vez que este governo representou a radicalização sem precedentes de todas as medidas de Temer, assumindo contornos ainda mais reacionários.

4 A DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO NO BRASIL: TENDÊNCIAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Este processo de disputa pelo fundo público, aprofundado nos últimos governos brasileiros, radicaliza-se consideravelmente em função do contexto de crise do capital. Por fundo público entende-se, apoiando-nos em Salvador (2010), todos os recursos arrecadados pelo Estado através de impostos, que, em teoria, deveriam ser alocados e utilizados para atender às necessidades da população trabalhadora. Contudo, existem interesses do mercado sobre esses recursos, especialmente no que respeita à sua gestão no âmbito das políticas sociais, bem como à desvinculação dessas receitas para o pagamento ou amortização da dívida pública.

Segundo Salvador (2010), a dívida pública constitui, neste contexto, um dos principais instrumentos de dominação da sociedade brasileira, na medida em que funciona como um mecanismo que transfere parte significativa dos recursos do fundo público, que deveriam ser destinados às políticas sociais, para o mercado financeiro, que domina a política econômica no Brasil. Por outro lado, a população brasileira é privada de informações concretas sobre o significado da dívida pública na mediação direta das suas condições de vida, situação que perpetua inúmeros mitos e informações falaciosas sobre o tema, conforme se detalha a seguir:

Tabela 2

Mitos Sobre a Dívida Pública, de Acordo com Carvalho (2007) apud Salvador (2010)

Mito	Explicação/Refutação
Afirma-se que o governo gasta mais do que arrecada e, por isso, se endividou.	Contudo, a dívida não resulta do excesso de despesas do governo. O setor público registrou superávits primários durante muitos anos, nomeadamente entre 1991 e 2006. Os défices devem-se, sobretudo, ao pagamento de juros elevados aos credores.
Os títulos públicos pertencem aos credores que emprestaram ao Estado e, por isso, têm direito ao retorno dos seus recursos.	O aumento da dívida está mais relacionado com a instabilidade cambial e as elevadas taxas de juro, utilizadas para atrair capital, do que com uma necessidade real de financiamento público. Bancos e empresas lucraram com a valorização do real e com as condições financeiras favoráveis.
Afirma-se que o governo Lula resolveu o problema da dívida ao reduzi-la e melhorar o seu perfil.	Contudo, a dívida líquida caiu sobretudo devido à redução da dívida externa, beneficiada pela valorização do real, e não por uma melhoria na gestão. No entanto, o custo da substituição da dívida externa por interna foi elevado, implicando perdas financeiras e fiscais para a sociedade.
Afirma-se que a situação foi herdada de governos anteriores e que nada havia a fazer senão suportá-la.	No entanto, a dívida interna aumentou durante o governo Lula, mesmo após a renegociação da dívida externa. Tal crescimento resulta de opções políticas, como a manutenção de elevadas taxas de juro, beneficiando os credores e perpetuando o problema.

Nota. Adaptado de *Fundo público e seguridade social no Brasil*, por Salvador (2010).

Deste modo, verifica-se uma atuação, sobretudo do setor financeiro no Brasil, através do Banco Central, que beneficia os rentistas em detrimento da população trabalhadora, por meio de retóricas que ocultam o real significado social da dívida pública no país, pois “a dívida tornou-se uma formidável alavanca que permitiu impor as políticas de ajustamento estrutural e de encadeamento de muitos processos de desindustrialização” (Chesnais, 2010, p. 153).

Para Salvador (2010), as políticas fiscais e monetárias têm sido historicamente desenhadas para favorecer o grande capital financeiro, especialmente os investidores que lucram com juros e aplicações financeiras, uma vez que, neste contexto, tende-se a priorizar o pagamento da dívida pública e a manutenção de elevadas taxas de juro, beneficiando diretamente o capital parasitário. Para Chesnais (2010, p. 156), “a dívida

pública é geradora de austeridade orçamental e de paralisia das despesas públicas. Assim como nos países ditos em desenvolvimento, é ela, no curso dos últimos dez anos, que facilitou a implementação de políticas de privatização”.

Desta forma, Salvador (2012, p.61) formula a hipótese de que “nas últimas décadas, a dívida pública constituiu uma dimensão significativa na reprodução ampliada do capital fictício”. Desmistificando concepções equivocadas sobre a dívida pública, o autor alerta que o seu aumento não se deve “ao Estado ineficiente, moroso, etc., que gasta muito e/ou mal e se endivida, mas sim a que este Estado vem se reconfigurando, desde os anos 1980, para atender aos imperativos do capital sob a forma de capital portador de juros”. Estes aspectos configuraram o que, neste artigo, se designa por disputa pelo fundo público, aprofundada no período mais recente no Brasil devido à ascensão de governos de extrema-direita.

A ascensão do bolsonarismo em 2018 representou a radicalização sem precedentes de todas as medidas do governo golpista de Michel Temer (MDB), assumindo contornos ainda mais reacionários. Ao analisar o Programa do Governo Bolsonaro, verifica-se que este foi mais incisivo no aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, através de um processo de contrarreforma do Estado. Segue-se, a título de exemplo, um compilado das principais estratégias identificadas no Programa de Governo do ex-Presidente da República, nas áreas consideradas estratégicas.

Tabela 3

Principais Propostas de Austeridade Fiscal Presentes nos Programas de Governo do Bolsonaro de 2018 (eleito) e 2022 (candidato a reeleição)

Área	Plano eleito: “O caminho da Prosperidade” (2018)	Plano não eleito: “Pelo bem do Brasil” (2022)
Previdência Social	Proposta de contrarreforma da segurança social, com o objetivo de “reduzir privilégios” e “garantir a sustentabilidade fiscal”.	Proposta de continuidade da contrarreforma da segurança social, com ajustes destinados à contenção de despesas públicas.
Trabalho, Emprego e Renda	Proposta de desregulamentação das relações laborais, visando “estimular a criação de empregos” e promover “maior flexibilidade contratual”.	Proposta de ampliação do reconhecimento das diferentes modalidades de trabalho informal (nos indicadores sociais de ocupação no país), como forma de incentivo ao empreendedorismo.
Políticas Sociais	Proposta de reestruturação dos programas sociais, com enfoque no “combate a fraudes”, visando “priorizar as famílias mais vulneráveis”.	Proposta de substituição do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, com valores reajustados, mas sem garantia de financiamento contínuo.
Educação	Proposta de redução da influência ideológica no currículo escolar e de maior incentivo ao ensino técnico.	Proposta de expansão do ensino técnico, priorizando áreas ligadas ao mercado, com redução de investimentos no ensino básico e superior.
Serviços Públicos	Proposta de privatização de empresas estatais, visando reduzir o tamanho do Estado e “promover a eficiência económica”.	Proposta de aceleração das privatizações, incluindo áreas estratégicas como energia, com impacto nos serviços essenciais.

Nota. Adaptado de *Proposta de plano de governo de 2018: O caminho da prosperidade*, por Bolsonaro (2018) e *Proposta de plano de governo de 2022: Pelo bem do Brasil*, por Bolsonaro (2022).

Apesar de o Governo Bolsonaro não ter sido reeleito, considerou-se importante apresentar o que teria sido a continuidade deste governo, pois é fundamental não esquecer o passado, tal como nos advoga Marx. Ademais, no período em que exerceu

Crise Estrutural do Capital e Suas Repercussões no Brasil: Um Estudo sobre a Disputa pelo Fundo Público de Educação em Tempos Neoliberais (2010-2024)

funções no poder executivo federal, de 2018 a 2022, puderam observar-se discursos ligados à falácia da diminuição do Estado, sempre mínimo no social, assim como a retórica de “Deus, Pátria e Família”, que significou, do ponto de vista ideológico, a perseguição a grupos historicamente oprimidos, entre os quais se incluem: mulheres, negros e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais (LGBTTQIA+).

No que se refere à educação, as propostas de “redução da influência ideológica no currículo escolar e maior incentivo ao ensino técnico” implicaram uma diminuição da tendência de crescimento, dos períodos anteriores, nos investimentos nesta área, que, especialmente no período de Temer e Bolsonaro (2016 a 2022), registaram uma diminuição ritmo de crescimento. Tal facto revela, em alguma medida, que as propostas de contrarreforma do Estado manifestaram-se através do arrocho orçamental, a saber:

Tabela 4

Investimentos Executados em Educação no Brasil (2010-2024)

Área de competência	Ano	Orçamento executado (em R\$ Bilhões)
	2010	48,6
	2011	58,5
	2012	72,6
	2013	82,3
	2014	93,9
	2015	103,8
	2016	106,8
Educação	2017	111,5
	2018	112,19
	2019	114,1
	2020	105,4
	2021	112,5
	2022	128,2
	2023	151,1
	2024	118,5

Nota. Adaptado de Painel Especialista - Siga Brasil (Senado Federal, 2024).

Conforme se pôde observar, durante o Governo do PT (2010-2015), os investimentos apresentaram um crescimento expressivo, tendo em 2010 atingido 48,6 mil milhões de reais, e alcançado 103,8 mil milhões em 2015, um aumento acumulado de aproximadamente 113,7%. Tal facto significa que as taxas de crescimento anual variaram entre 10,54% (2015) e 24,10% (2012). Revelava-se, assim, uma tendência de forte expansão orçamental, impulsionada por políticas de ampliação do acesso à educação, não obstante as contradições de programas como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), os quais ampliam o acesso ao ensino superior através de investimentos em grupos educativos privados, sem garantia de políticas de permanência ou de outras prerrogativas da vida universitária.

No Governo Temer, entre 2016 e 2017, verificou-se uma desaceleração do crescimento, com aumentos menos expressivos e tendência de estagnação, pois o orçamento passou de 106,8 mil milhões de reais (2016) para 111,5 mil milhões em 2017, representando um aumento acumulado de apenas 4,4%, bastante inferior à variação de investimentos do período anterior. Observou-se, portanto, uma transição de políticas expansionistas para um cenário de contenção e austeridade fiscal, sobretudo face às principais medidas adotadas nesse período, nomeadamente: a aprovação do teto de gastos (EC 95/2016) e a proposta do “Future-se”, que, segundo Santos Neto (2021), visava conceder maior autonomia financeira às universidades e institutos federais, fomentando a captação de recursos próprios e privados, mas descharacterizando a autonomia universitária face ao mercado e comprometendo o carácter público das universidades brasileiras.

Durante os anos do Governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), os investimentos oscilaram, com uma queda significativa em 2020 e uma recuperação apenas parcial nos anos seguintes. Em 2018, os investimentos atingiram 112,19 mil milhões, subindo para 128,2 mil milhões em 2022, o que representa um crescimento acumulado de 14,3% no período. Em 2020 verificou-se uma diminuição para 105,4 mil milhões, o que corresponde a uma redução de 7,62% no orçamento, o valor mais baixo desde 2016. Entre 2021 e 2022 registou-se uma recuperação modesta, culminando num aumento de 13,96%. Observou-se, assim, uma tendência de volatilidade orçamental, explicável pelas escolhas políticas e ideológicas do Governo Bolsonaro, que pautou a gestão orçamental com forte cunho conservador.

Atualmente, nos dois primeiros anos do Governo Lula (2023-2024), verifica-se que, em 2023, os investimentos atingiram 151,1 mil milhões de reais, o valor mais elevado desde 2010, o que se revelou promissor para os analistas da educação logo no primeiro ano de governo. Contudo, em 2024, os investimentos caíram para 118,5 mil milhões, ou seja, menos 21,6%, representando uma redução expressiva, em função das políticas de austeridade fiscal aplicadas pelo então Presidente da República e resultantes do novo arcabouço fiscal. Assim, apresenta-se uma tendência de retração orçamental, indicando o desafio de pautar na agenda pública a necessidade de recomposição do orçamento da pasta da educação, de fundamental importância para a população brasileira.

A análise dos investimentos em educação no Brasil revela ciclos marcados por expansão durante o governo do PT, seguida por contenção e volatilidade nos períodos de Temer e Bolsonaro, e uma retomada inicial em 2023 com nova redução em 2024. Esses padrões evidenciam como escolhas políticas e fiscais influenciam diretamente o financiamento da educação, expondo a vulnerabilidade do setor às prioridades do mercado e às medidas de austeridade, e reforçando a necessidade de políticas estruturantes um recurso mínimo do Produto Interno Bruto (PIB) para investimentos em educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo refletir sobre os impactos da crise estrutural do capitalismo contemporâneo na disputa pelo Fundo Público no Brasil, especialmente no período de 2010 a 2024. Nesse sentido, procurou analisar o financiamento das políticas sociais, com enfoque na segurança social e na educação, no contexto da crise estrutural do capital, de modo a evidenciar tendências, desafios e possibilidades.

Os dados indicam que os governos do PT, entre 2010 e 2015, seguiram uma tendência de aumento progressivo do financiamento, com ganhos reais no orçamento destinado à segurança social e à educação. A partir do golpe de 2016, observa-se uma tendência de desfinanciamento, particularmente na política educativa. O governo Bolsonaro provocou os maiores desequilíbrios, caracterizados por uma volatilidade orçamental e pela ausência de ganhos reais no orçamento.

Atualmente, sob o governo Lula, a aprovação do novo arcabouço fiscal, embora apresentada sob a retórica de “busca pelo equilíbrio financeiro e redução da dívida

pública”, reflete a priorização do papel do Estado enquanto gestor da crise do capital. Esta lógica mantém a limitação do orçamento destinado às políticas sociais, sobretudo às voltadas às populações mais pobres. Apesar do governo se declarar comprometido com investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e assistência social, permanece o risco de contingenciamento desses recursos em favor do cumprimento de obrigações relativas ao pagamento e amortização da dívida pública.

Conclui-se, portanto, que a crise estrutural do capital aprofunda a disputa pelo Fundo Público no Brasil, particularmente após o golpe de 2016 e a ascensão do Bolsonarismo em 2018, períodos em que se registou a redução do orçamento das políticas sociais. Parafraseando Luxemburgo (1918), coloca-se perante nós o desafio de transformar o horizonte social: “há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir”, no qual os interesses coletivos se sobreponham aos interesses do mercado.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. L. C. (2009). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (2^a ed. rev. e ampl.). Boitempo.
- Behring, E. R. (2009). *Política social no contexto da crise capitalista*. In Conselho Federal de Serviço Social (Org.), *Direitos sociais e competências profissionais: um estudo sobre o trabalho do assistente social na política de assistência social* (pp. 69–86). CFESS. https://www.cfess.org.br/arquivos/direitos_sociais_e_competencias_profissionais.pdf
- Bolsonaro, J. (2018). *Proposta de plano de governo de 2018: O caminho da prosperidade*. <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>
- Bolsonaro, J. (2022). *Proposta de plano de governo de 2022: Pelo bem do Brasil*. <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-preliminar.pdf>
- Bresser-Pereira, L. C. (1968). *Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1967*. Zahar Editores.

Crise Estrutural do Capital e Suas Repercussões no Brasil: Um Estudo sobre a Disputa pelo Fundo Público de Educação em Tempos Neoliberais (2010-2024)

- Castilho, D. R., Lemos, E. L. D. S., & Gomes, V. L. B. (2017). Crise do capital e desmonte da seguridade social: Desafios (im)postos ao serviço social. *Serviço Social & Sociedade*, 129(1), 447–466. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.118>
- Chesnais, F. (2010). A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In F. Chesnais, C. F. D. de Alarcón, & D. V. de D. Plihon (Orgs.), *A finança capitalista* (pp. 95-182). Alameda.
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo* (ed. rev.). Boitempo.
- Iamamoto, M. V. (2021). *Serviço social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. Cortez.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (s.d.). *Desemprego*. Recuperado em 6 de outubro de 2025, de <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>
- Luxemburgo, R. (1999). *A socialização da sociedade* (I. Loureiro, Trad.). Marxists Internet Archive. <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/socializacao.htm> (Trabalho original publicado em 1918)
- Marx, K. (2017). *O capital: Crítica da economia política: Livro 1: O processo de produção do capital* (R. Enderle, Trad., 2. ed.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1867)
- Marx, K. (2020). *Manuscritos econômico-filosóficos* (J. Ranieri, Trad.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1932)
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Boitempo.
- Netto, J. P. (2012). *Crise do “socialismo real” e ofensiva neoliberal*. Cortez.
- Pfluck, B. K. (2016). *O valor do petróleo para o Brasil: Dos choques da década de 1970 ao pré-sal* [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://hdl.handle.net/10183/166178>
- Salvador, E. (2010). *Fundo público e seguridade social no Brasil*. Cortez.
- Salvador, E., Behring, E., Boschetti, I., & Granemann, S. (Orgs.). (2012). *Financeirização, fundo público e política social*. Cortez.

Santos Neto, F. dos. (2021). *Serviço social, teoria e método em Marx: Estudo de sua mediação na formação e trabalho profissional de assistentes sociais em Belém/PA* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal do Pará.

Senado Federal. (s.d.). *Painel Especialista - Siga Brasil*. Recuperado em 6 de outubro de 2025, de <https://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Senado%2FSigaBrasilPainelEspecialista.qvw&host=QVS%40www9a&anonymouse=true>

Vieira, R. (2018). Crise do governo Dilma: A crise econômica internacional e o “ensaio desenvolvimentista”. In *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23463/16173>